

METRÓPOLES E CONDIÇÕES SOCIAIS

Inaiá Maria Moreira de Carvalho*

Esta comunicação se propõe a analisar como a questão social tem evoluído mais recentemente nas grandes metrópoles brasileiras, demonstrando como a reestrutura produtiva e o ajuste implementados para a inserção do país na economia global tem agravado os problemas ocupacionais, a vulnerabilidade, as carências e a segregação sócio-espacial nessas cidades.

O estudo das metrópoles, que concentram o aparato produtivo, a riqueza, a população e o poder na grande maioria dos países, adquiriu uma indiscutível relevância na agenda atual da pesquisa urbana, na medida em que o processo de globalização tem contribuído para revitalizar o seu papel e o seu crescimento; tem conformado uma nova geografia e uma arquitetura produtiva que tece redes e nós e qualifica e desqualifica espaços, em função de fluxos mundializados, e, também, impactuado sobre a morfologia territorial e social e sobre a organização e funcionamento dessas cidades, sobre a qualidade da vida urbana, as desigualdades e as mobilizações políticas e sociais.

Porisso, estudos internacionais tem ressaltado os vínculos entre o global e o local, valorizados por novas propostas e modelos de gestão urbana, assim como a formação de um sistema mundial de cidades onde algumas mega-aglomerações adquiririam uma renovada importância, como “global cities”. Oferecendo condições excepcionais para as atividades de comando de negócios, essas “global cities” funcionariam como uma rede de nós articulados, através dos quais circulariam os mais importantes fluxos de informação, capital e recursos. Tornando-se cada vez mais estratégicas para o capital global, elas concentrariam o poder econômico, as sedes das grandes corporações, o controle dos meios de comunicação, os serviços produtivos modernos e a difusão das mensagens dominantes. Isto se daria simultaneamente a uma

* Pesquisadora Sênior do Centro de Recursos Humanos e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Bolsista (Produtividade em Pesquisa) do CNPq.

polarização crescente entre esses espaços e o resto do mundo e ao aumento das diferenciações internas em cada uma das áreas envolvidas.

Autores como Sassen (1991), Reich (1991) e Borja e Castels (1997), por exemplo, analisam as transformações em curso nessas cidades, com o declínio da atividade industrial, a expansão das atividades financeiras e dos serviços e a mudança do seu papel, tendo como hipótese básica a existência de vínculos estruturais e necessários entre a globalização e a intensificação da dualização social das metrópoles. Com a segmentação do mercado de trabalho, as transformações assinaladas produziram uma nova estrutura social, marcada pela polarização entre categorias superiores e inferiores da hierarquia social e pela concentração de renda, assim como pela redução das camadas médias. Refletindo-se no plano espacial, estes processos gerariam, também, a dualização das estruturas urbanas.

Contudo, investigações efetivadas em metrópoles como Paris, Londres, Rio de Janeiro, Buenos Aires, São Paulo ou Santiago do Chile, entre outras, não confirmam a substituição da estrutura de classes da sociedade industrial por uma polarização entre os mais ricos e os mais pobres nem a dualização do espaço urbano. Como assinala Ribeiro (L. C. 2000), paralelamente a fenômenos similares – como uma redução do proletariado industrial, o crescimento do setor terciário e do emprego em serviços (em atividades de alta e baixa qualificação), um empobrecimento de zonas centrais, mudanças de função em algumas áreas da cidade e uma auto-segregação das elites, que tendem a se isolar em alguns espaços exclusivos – as pesquisas evidenciam uma certa estabilidade das estruturas social e urbana.

Abordando a questão da segregação sócio-espacial e assinalando a sua relatividade, Preteicelle (2003, p. 32), também ressalta como estudos existentes demonstram uma grande inércia histórica na estrutura hierárquica de grandes cidades, que não pode ser interpretada como um efeito direto das transformações mais recentes, uma vez que: *“Ela é, inevitavelmente, uma herança histórica dos efeitos dos movimentos da economia e da sociedade, no longo prazo, centralizada tanto nas estruturas materiais do espaço construído como nas formas sociais de valorização simbólica e de apropriação”*.

Assim, não se pode considerar a existência de uma trajetória única e de tendências universais e inexoráveis para as cidades globais e, muito menos, para as metrópoles de caráter nacional e regional, uma vez que a) a globalização constitui um processo inacabado e contraditório , com efeitos bastante seletivos sobre os diferentes territórios e dinâmicas que envolvem tanto a homogeneização quanto a diferenciação e a singularização; b) comandado por forças transnacionais, esse processo não elimina a influência das instituições, atores e decisões políticas nacionais e locais; c) e seus efeitos não deixam de estar associados à história e às condições de cada país no momento em que se incorporam mais estreitamente à dinâmica da economia global, assim como às escolhas que orientam essa incorporação e às características do seu sistema de cidades.

Tanto a nova relevância como mudanças de funções e estruturas metropolitanas são inquestionáveis, bem como o impacto socialmente adverso das grandes transformações mencionadas no início deste trabalho, especialmente nos países e metrópoles da periferia ou semi-periferia do capitalismo global (Ribeiro, L. C. 2000 e 2004, Mattos, 2004, Ribeiro, A. C. 2000 e 2004). Para um melhor entendimento desses fenômenos, porém, é preciso levar em conta a trajetória e as especificidades da questão social e do processo de urbanização em cada país, como se segue para o Brasil.

Urbanização e Condições Sociais no Brasil

Com uma economia primário-exportadora, baseada na grande propriedade, no trabalho escravo e na produção de alimentos e matérias primas para os centros mais avançados da economia mundial, durante alguns séculos o Brasil foi um país essencialmente rural. Como assinala Faria (1976) em 1920 apenas 16,6% da população brasileira residia em cidades. Contudo, as próprias exigências e características dessa economia, como o caráter cíclico dos seus produtos de exportação, levando à substituição e deslocamento dos mesmos no espaço geográfico, contribuiu para uma relativa dispersão da população e para uma expansão do sistema de cidades, com a constituição de um arcabouço urbano de certa envergadura.

Em decorrência do próprio crescimento vegetativo da população brasileira, de transformações na agropecuária, intensificação das migrações internas e uma incipiente industrialização, a partir da década de 30 do século passado essa expansão se acelerou. Em 1940 a população urbana já representava 31,2% dos residentes do país mas até 1960 ela ainda era inferior à população rural. Duas décadas mais tarde, porém, com um aumento considerável da velocidade do crescimento das cidades, o Brasil tornou-se predominantemente urbano. Em 1980 67,6% dos brasileiros moravam em centros urbanos e em 2000 esse número chegou a 81,2%, com a sua concentração em um grande e crescente número de centros de vários tamanhos e em algumas aglomerações metropolitanas.

Como se sabe, esses fenômenos foram associados a profundas mudanças estruturais, que transformaram a antiga sociedade de base agrária em um país urbano industrial moderno, que figura entre as grandes economias do mundo. Alavancados por um Estado desenvolvimentista e por um exitoso processo de substituição de importações, do período após a segunda grande guerra até os anos 70, a riqueza e a renda per capita foram multiplicadas por cinco e o produto interno bruto cresceu a uma taxa média de 5,9% ao ano. (Pochmann et al, 2004). Com o avanço da industrialização e dos serviços modernos, a estrutura produtiva do país tornou-se mais dinâmica, complexa e diversificada, com uma expansão e diferenciação do mercado de trabalho, das classes e da estrutura social.

Contudo, esse desenvolvimento teve um caráter desigual e excludente, sendo incapaz de enfrentar a questão social e distribuir melhor a riqueza, nos moldes da denominada “sociedade salarial”, o que se refletiu decisivamente sobre o processo de urbanização. Sem efetuar as reformas civilizatórias do capitalismo, como a reforma agrária, a reforma tributária e uma reforma que universalizasse a proteção social e trabalhista, o desenvolvimento brasileiro foi ancorado na contenção dos salários e na concentração da renda. Manteve a histórica concentração da propriedade da terra e precárias condições de subsistência dos trabalhadores rurais. Deixou à margem uma parcela bastante significativa dos trabalhadores urbanos (ampliada por crescentes migrações) e não cuidou de enfrentar a questão da pobreza ou de implementar um sistema de proteção social orientado por uma decisão política de universalização dos direitos de cidadania, encarando a questão social como uma questão de responsabilidade pública.

Durante um longo tempo essa questão chegou a ser considerada como um simples “caso de polícia”, persistindo a idéia dos direitos modernos como um privilégio das elites. E, também, uma clara aceitação das desigualdades de fato, que relegava os trabalhadores pobres a um mundo de uma hierarquia excludente. Esse quadro começou a mudar a partir da última década de 30, com o avanço da urbanização e da industrialização e com a promulgação de leis trabalhistas pelo

então presidente Vargas. Essas leis coibiram formas extremadas de exploração e instituíram alguns direitos sociais básicos, com normas relativas à jornada de trabalho, salário mínimo e previdência, além de uma proteção especial ao trabalho das mulheres e dos chamados “menores”, entre outros aspectos.

Mas esses direitos não tiveram um caráter universal, restringindo-se apenas a algumas categorias ocupacionais regulamentadas dos assalariados urbanos, como os comerciários, os bancários ou os industriários. Ficaram à margem de qualquer proteção os ocupados no chamado setor informal urbano e, principalmente, todos os trabalhadores rurais. Só a partir da década de sessenta os direitos trabalhistas e sociais começaram timidamente a chegar ao campo, onde, até então, concentrava-se e trabalhava a maioria da população.

Nos centros urbanos, ainda que a expansão e diversificação da estrutura produtiva impactasse sobre a estrutura ocupacional, com a criação de novos empregos em setores como a indústria de transformação, transportes, produção de energia, construção civil, administração pública, finanças, serviços auxiliares à produção e de consumo coletivo, a relação contratual assalariada, regulada por direitos sociais universais, não chegou a se generalizar. A abundância de mão-de-obra e a dimensão do exército de reserva permitiram tanto a compressão salarial como uma coexistência entre o “moderno” e o “tradicional”, com a persistência de relações de trabalho precárias em setores como o pequeno comércio, os serviços pessoais ou o trabalho doméstico. Notadamente nas grandes cidades, uma reduzida camada de alta renda, com grande poder de consumo e influência social, e camadas médias ampliadas, diversificadas e em ascensão, passaram a conviver com um proletariado industrial e terciário e com um vasto, instável e heterogêneo contingente de trabalhadores pobres, de vida incerta e duvidosa.

Como a industrialização e o desenvolvimento brasileiro também acentuaram as desigualdades regionais, concentrando-se no centro-sul do país e, mais especificamente, no estado de São Paulo, as dificuldades ocupacionais e sociais se acentuaram particularmente nas metrópoles das áreas menos desenvolvidas, como o Nordeste. Além disso, os problemas assinalados levaram à constituição e expansão de cidades extremamente desiguais e segregadas, onde as camadas altas e médias se concentram em bairros centrais, com boa disponibilidade de infra-estrutura e serviços, enquanto os trabalhadores enfrentam a questão da habitação normalmente através da auto-construção de moradias precárias, em periferias distantes e desprovidas tanto de equipamentos como de serviços básicos.

Até a década de 70, porém, o extraordinário desenvolvimento do país, com taxas de crescimento do PIB sempre superiores às do crescimento da PEA, em uma época em que a expansão da produção implicava uma maior demanda de trabalho, ampliou as possibilidades de integração e de mobilidade social¹. A elevação do nível de escolaridade da população e a diversificação da estrutura ocupacional ocasionaram a um aumento das oportunidades de trabalho e de emprego formal (com a proteção e benefícios a ele associados), amortecendo o potencial de conflito e a tensão social e viabilizando a reprodução de uma sociedade tão concentradora da riqueza e desigual. Da década de 40 até a década de 70, conforme Pochmann (2001) de cada dez postos de trabalho criados apenas dois não eram assalariados e sete tinham um registro formal. Em 1976, segundo Cardoso (2003) os trabalhadores titulares de direitos porque ocupantes de

¹ Como assinalam Pochmann et al (2004), a mobilidade espacial, com a migração da área rural para as cidades e, especialmente, para as grandes metrópoles, onde se concentravam o desenvolvimento, a riqueza e as oportunidades, transformou-se no grande amortecedor dos conflitos sociais no campo. Nos centros urbanos, a mobilidade social ascendente, intra ou inter-geracional, teve também o mesmo papel.

empregos registrados em carteira de trabalho representavam 61% da força de trabalho do país, que parecia encaminhar-se para a constituição de uma sociedade salarial.

Mas a tendência a uma maior integração através do mercado se reverteu na década de 80 (denominada como a “década perdida”), com o esgotamento do modelo de financiamento e do padrão de desenvolvimento até então implementado. Com o agravamento da crise econômica, da crise fiscal do Estado e uma intensa aceleração do processo inflacionário, os caminhos do país foram reorientados, com a implementação de um conjunto de políticas convergentes, recomendadas pelas agências multilaterais. Denominadas como “ajuste estrutural”, “reformas estruturais” ou “reformas orientadas para o mercado”, elas envolveram um programa de estabilização, a realização de uma abertura econômica intensa e rápida, a implementação de um amplo programa de privatizações, ênfase nos mecanismos do mercado e uma profunda reformulação do papel do Estado, não apenas em termos do seu protagonismo econômico e de suas funções reguladoras como, também, de suas responsabilidades como provedor de políticas econômicas e sociais.

Foge aos objetivos deste trabalho uma análise do ajuste e da reestruturação produtiva efetuada a partir dos anos noventa, associada a uma inserção passiva e subordinada do país na economia global. Contudo, cabe ressaltar que esses processos agravaram o quadro social do Brasil da década de noventa até o presente período que vem sendo marcado por a) baixos níveis de crescimento econômico; b) deterioração das condições de trabalho e de renda da população; c) persistência ou agravamento de desigualdades sociais e espaciais e d) uma reorientação regressiva das políticas sociais.

Com a desaceleração da produção, baixos níveis de investimento, um grande aumento da dívida interna e externa, dependência dos mercados financeiros e capitais voláteis e vulnerabilidade aos ataques especulativos e às crises internacionais, o Brasil cresceu muito pouco na década de noventa, que começa a ser avaliada como uma segunda década perdida. No início deste milênio o problema persiste, assim como o rompimento do que Cardoso (2003) denomina como a “promessa integradora do mercado formal de trabalho”, que marcou o período desenvolvimentista. Em 2003 o crescimento da economia brasileira chegou a ser negativo e a relativa expansão da produção registrada nos dois últimos meses, além de tímida, não tem garantias de sustentabilidade.

A década de noventa também foi marcada por uma expressiva destruição de postos de trabalho, notadamente no setor industrial. Além disso, com a constituição de uma economia de base urbano-industrial no Brasil, há várias décadas que tanto a população como a ocupação na agropecuária vem se reduzindo. Na medida em que o setor industrial também restringiu o emprego de mão-de-obra, o setor de serviços passou a absorver um maior número de trabalhadores. Mas esse setor é muito heterogêneo, englobando desde os serviços mais modernos até o pequeno comércio, a prestação de serviços pessoais e outras atividades precárias e mal remuneradas do chamado mercado informal, e sua expansão não consegue compensar a destruição de postos que vem se dando nos demais setores.

Conseqüentemente, vem se ampliando o tradicional excedente de mão-de-obra no país, intensificando a seletividade patronal e as dificuldades e desigualdades de acesso aos empregos disponíveis. Isto se traduz em um enorme crescimento do desemprego, na precarização das relações de trabalho e na queda dos rendimentos dos que permanecem ocupados. Discutindo a evolução do mercado de trabalho na década de noventa, Pochmann, 2001 e Pochmann et al, 2004

ressaltam que se nos anos oitenta 96,1% das pessoas que se inseriram no mercado de trabalho encontraram uma vaga, nos anos noventa esse percentual se reduziu para 62,5%. Das 13,6 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho nesses últimos anos apenas 8,5 milhões tiveram acesso a algum posto de trabalho gerando um excedente de 5,1 milhões de desempregados. Além disso, diversamente do que ocorreu nos “anos gloriosos” do capitalismo brasileiro, ou seja, da década de 40 à década de 70, na década de 90 de cada 10 postos de trabalho criados só dois eram assalariados, porém sem registro formal, o que representou uma profunda e adversa alteração na qualidade da ocupação. Isto porque normalmente o emprego formal representa o que de melhor o capitalismo brasileiro vem oferecendo à sua classe trabalhadora, por ser acompanhado de normas de proteção trabalhista e social.

Com a estagnação da produção e da renda per capita, a escassa geração de empregos e a nova postura do Estado em relação à economia, ao mercado e à sociedade (restringindo suas funções reguladoras e sua intermediação nos conflitos de interesses entre capital e trabalho), vem ocorrendo uma enorme precarização e deterioração das relações e condições de ocupação. Em 2001, por exemplo, conforme informações da PNAD (IBGE, 2003), os empregados representavam apenas 47,8% da população ocupada no Brasil e boa parte deles não tinha um vínculo formalizado. Com a expansão de atividades precárias e mal remuneradas, como o pequeno comércio, o emprego doméstico e a prestação de serviços pessoais, os trabalhadores por conta própria constituíam 22,3% daquela população, os trabalhadores domésticos 7,8, os não remunerados 7,4%, os militares e estatutários 6,8% e os empregadores 4,2%.

Os baixos rendimentos do trabalho e a persistência de enormes desigualdades constituem outro componente desse quadro. Com o crescimento do desemprego, a inconsistência dos vínculos e a redução dos rendimentos em todos os setores de atividade e para a maioria dos níveis sociocupacionais, houve redução substantiva da participação dos empregados na renda disponível. Análises de Dedecca (2001) ressaltam como essa participação declinou de 37,5% em 1991 para 32,8% em 1999. Se excluídas as contribuições sociais efetivas, esses números passam de 32% para 26,5%, respectivamente. Em contrapartida, aumentou a participação das empresas, dos impostos e das contribuições, e determinados segmentos sociais também foram privilegiados. Com as altas taxas de juros que vem constituindo um dos pilares da política econômica nos últimos anos, realizando uma significativa transferência de renda do trabalho e da produção para o setor financeiro, por exemplo, os proprietários de títulos financeiros obtiveram lucros extraordinários, o que contribuiu para acentuar a concentração de riqueza e as desigualdades.

Com base em dados oficiais, Pochmann et al (2004) constataram que o número de famílias ricas no Brasil (ou seja, as famílias situadas no topo da distribuição de renda do país, com ganhos mensais de pelo menos R\$ 10.982,00, em valores de setembro de 2003) teve um aumento de 30% entre 1980 e 2000. Além disso, se tais famílias detinham 20% da renda nacional em 1980, esse montante subiu para 33% do que foi declarado no Censo de 2000. Residindo, geralmente, nos grandes centros urbanos, 38% dessas famílias se encontrava na região metropolitana de São Paulo (onde seu número cresceu em 100% entre 1980 e 2000) e 50% nessa região metropolitana e nas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Não é por acaso que, conforme os autores, São Paulo poderia ser considerada como a capital mundial do consumo conspícuo, ceceando duas lojas da Tiffany, quatro da Mont Blanc e a segunda maior frota de helicópteros, em um país semi-periférico e em crise.

É verdade que a distribuição da renda do trabalho teve uma pequena melhoria nos anos noventa, principalmente em razão dos efeitos de estabilização monetária (vale dizer, da redução

do “imposto inflacionário”) e da recuperação do salário mínimo. Mas isto teve um curta duração, com a desvalorização do real e o retorno da inflação no final da década, que implicaram a volta da tendência à queda dos rendimentos reais dos ocupados. Se houve uma melhoria nos ganhos mensais a partir de 1992, a perda média anual das pessoas com rendimentos do trabalho foi da ordem de 0,7% entre 1999 e 2001, conforme dados da PNAD (IBGE, 2003), e nos últimos anos esse fenômeno vem tendo continuidade.

Os Impactos Sobre as Metrôpoles

O caráter desigual e excludente do desenvolvimento brasileiro, que concentrou em algumas poucas áreas a produção, a industrialização, a riqueza e as oportunidades de trabalho e ascensão social, atraiu para as mesmas expressivos contingentes de população, levando à constituição de grandes aglomerações metropolitanas que conurbam vários municípios. Conforme assinalado por Ribeiro (2004), no último decênio a população das sete principais regiões metropolitanas do Brasil passou de 37 para 42 milhões de habitantes. Estudo realizado pelo IPEA, UNICAMP, IE/NESUR, IBGE (1999) constatou que São Paulo, a grande metrópole global do país, responsável por 16,7% do PIB nacional, abriga 10% da população brasileira. São Paulo e Rio de Janeiro somam 17,3% e junto com outras sete metrópoles nacionais (Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Salvador e Brasília) 30,3%, ou seja, quase um terço do total de residentes no Brasil.

Essa concentração e a dimensão e complexidade dos seus problemas sociais, urbanos e ambientais, agravados pelos impactos adversos das mudanças e fenômenos antes assinalado, transformaram as metrópoles no epicentro da questão e da crise social no Brasil. Em que pese a sua diversidade, especialmente em um país onde as desigualdades regionais e espaciais são tão acentuadas, elas continuam a concentrar a produção e a riqueza, assim como a expansão de novas atividades associadas às exigências do que Mattos (2004) denomina como “circuito superior da acumulação” e do processo de globalização na economia nacional; ou seja, atividades como serviços financeiros, de consultoria, publicidade, marketing e informática, ou relacionadas à produção e comercialização de determinados bens e serviços para as famílias de mais alta renda. Paralelamente, porém, crescem os problemas ocupacionais, a vulnerabilidade social e o desemprego, a deficiência de infra-estrutura básica, a carência de habitação e de serviços de consumo coletivo, o número de moradores pobres, as favelas e os cortiços, a violência e a anomia.

Contudo, pesquisas realizadas em várias metrópoles brasileiras não indicam uma dualização da estrutura social urbana, evidenciando principalmente, segundo Ribeiro (2004), uma diminuição dos segmentos modernos e tradicionais do proletariado industrial e um aumento do proletariado terciário, a expansão do sub-proletariado (ambulantes, biscateiros e empregados domésticos) e o crescimento das categorias intermediárias, com mudanças na sua composição interna e o desemprego e empobrecimento de alguns dos seus segmentos. Mas o aumento das desigualdades, da vulnerabilidade e da polarização transparece através de vários indicadores, como o peso dos empregados sem registro formal em carteira, dos ocupados por conta própria, dos empregados domésticos e dos que trabalham sem remuneração no conjunto da população ocupada, conforme os dados que se seguem.

Distribuição Percentual da População Ocupada - Brasil e Regiões Metropolitanas – 2001

Brasil/ Regiões Metropolitanas	Empregados		Militar e Estatutário	Trab. Doméstico	Conta Própria	Empregadores	Não Remunerados
	Total	C/Cart. Assinada					
Brasil	47,8	61,5	6,5	7,8	22,3	4,2	7,4
Belém	45,4	61,2	8,7	11,0	29,0	3,0	2,3
Fortaleza	51,5	57,3	5,8	9,7	23,4	4,0	4,4
Recife	51,5	61,8	8,9	9,4	23,9	3,2	2,1
Salvador	51,5	68,0	6,5	10,1	24,7	3,7	2,9
Belo Horizonte	56,5	71,7	6,7	9,3	18,8	4,1	1,9
Rio de Janeiro	52,2	73,7	9,1	9,8	23,2	4,0	1,3
São Paulo	62,0	71,9	5,5	8,0	18,3	4,0	1,8
Curitiba	54,2	74,6	5,9	7,1	21,9	4,3	3,6
Porto Alegre	56,0	72,5	6,3	7,7	19,7	5,5	2,8

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2003.

Essa situação tem sido confirmada por diversos outros levantamentos, como os efetuados periodicamente pelo Departamento Inter-Sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE em algumas metrópoles brasileiras. Agregando como trabalhadores em postos vulneráveis os assalariados sem carteira assinada, os autônomos que trabalhavam para o público, os trabalhadores familiares sem remuneração e os empregados domésticos e especificando a sua distribuição por sexo em 1999, o DIEESE chegou às seguintes constatações:

Proporção de Trabalhadores em Postos Vulneráveis – Regiões Metropolitanas - 1999

Regiões Metropolitanas	Homens	Mulheres
Belo Horizonte	31,5	43,3
Distrito Federal	24,4	38,3
Porto Alegre	30,7	39,8
Recife	38,7	52,8
Salvador	35,8	50,0
São Paulo	31,1	42,7

Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração do DIEESE. Apud DIEESE, 2001.

Além da precariedade ocupacional, o desemprego vem assolando as regiões metropolitanas. Conforme o Censo de 2000, a taxa de desemprego alcançava 17,8% da PEA em São Paulo, 18,9% no Rio de Janeiro, 18,6% em Belo Horizonte, 17,3% em Brasília, 14,7% em Curitiba, 17,2% em Fortaleza, 14,9% em Porto Alegre, 23,3 em Recife e 25,23% em Salvador, mostrando porque no conjunto formado pelas regiões metropolitanas globais e nacionais brasileira concentrava-se 40% dos desempregados do país (Moura et al, 2004). Com uma metodologia mais refinada² a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada

² O conceito oficial de desemprego aberto (medido pela Pesquisa Mensal de Emprego, pelo IBGE) considera como desempregado apenas aquele que além de ter buscado emprego ativamente no período de referência, não executou qualquer atividade laboral. Aquele que não procurou emprego nesse período, é classificado como inativo, e quem trabalhou por algumas horas como ocupado. Isto leva a uma expressiva subestimação do fenômeno, na medida que esse conceito não considera quem se encontra à procura de trabalho mas realizou alguma atividade esporádica,

periodicamente pelo DIEESE nas principais regiões metropolitanas, encontrou nesse mesmo ano 17,8% em Belo Horizonte, 19,6% no Distrito Federal, 16,6% em Porto Alegre, 20,7% em Recife, 26,6% em Salvador e 17,6% em São Paulo. Ademais, o crescimento do desemprego vem sendo agravado pela duração média do tempo de procura de trabalho pelos desempregados e da proporção daqueles há mais de um ano nessa condição. Ainda segundo o DIEESE, a duração média do tempo de procura de trabalho chegava a 11 meses em Belo Horizonte, 15 meses no Distrito Federal, 11 em Porto Alegre, 12 em Salvador, e 10 em São Paulo. O percentual de desempregados em busca de trabalho há mais de um ano se elevava a 21% em Belo Horizonte, 31,6% no Distrito Federal, 21,6% em Porto Alegre, 26,5% em Salvador e 21,8% em São Paulo. (DIEESE, 2001).

Além daqueles segmentos que tradicionalmente já enfrentavam maiores dificuldades para encontrar uma ocupação (como os dotados de menor escolaridade), o desemprego também tem se acentuado entre a força de trabalho na idade mais produtiva (16 a 39 anos), na sua parcela mais madura e experiente (40 anos e mais) e até mesmo entre os mais instruídos, ou seja, entre os que possuem o segundo grau completo ou curso superior. Entre os jovens, muitas vezes sem uma qualificação adequada e com uma experiência limitada por sua própria idade, esse problema vem assumindo proporções extraordinárias. Nas regiões metropolitanas brasileiras, as taxas de desemprego dos jovens são superiores a 40% entre os 16 e 17 anos, chegando a 54,1% em Salvador. Entre os 18 e 24 anos elas vão de 27,5% em São Paulo a 35,4% nesta última região metropolitana.

Nessas circunstâncias, ainda que a taxa de pobreza tenha se elevado em apenas quatro regiões metropolitanas (Moura et al, 2004), o crescimento populacional, o agravamento da concentração de renda e a carência de maiores e melhores oportunidades de trabalho e de obtenção de renda aumentou a frequência absoluta de pobres e de indigentes em todas elas. Os dados que se seguem ilustram essa situação, evidenciando como uma boa parte das famílias ali residentes subsiste com um renda per capita mensal inferior a menos de meio ou de mais de meio até apenas um salário mínimo. Como o valor do salário mínimo é de R\$ 260,00 no Brasil, ao câmbio de agosto do corrente ano isto corresponde a menos de E 35,80 ou a mais de E 35,80 até E 71,60, respectivamente.

Percentual de Famílias com Renda Per Capita até Um Salário Mínimo Brasil e Regiões Metropolitanas – 2001

Brasil/Regiões Metropolitanas	Famílias Residentes em Domicílios Particulares e Renda Per Capita (Em Salários Mínimos)		
	Até ½ (A)	Mais de ½ até 1 (B)	Total (A+B)
Brasil	22,9	24,2	47,1
Belém	27,1	25,6	52,7

premiado pela necessidade de subsistência (na ausência de um seguro desemprego), assim como os que poderiam ser classificados como desempregados por desalento; ou seja, pessoas que desistiram de uma procura ativa de emprego, desanimadas por não conseguirem encontrá-lo, mas que desejam trabalhar. Já a metodologia do DIEESE (PED) procura captar esses problemas, medindo tanto o desemprego aberto como aquele oculto pelo trabalho precário ou pelo desalento, para chegar à taxa de desemprego total. Ademais, as metodologias da PED e da PME operam com conceitos distintos da PIA – População em Idade Ativa. A primeira incorpora jovens entre 10 e 15 anos, pois considera fundamental reconhecer a realidade do trabalho infantil, que no Brasil constitui um fenômeno relevante.

Fortaleza	31,9	25,1	57,0
Recife	27,2	25,4	52,6
Salvador	24,7	24,8	49,5
Belo Horizonte	15,3	24,8	40,1
Rio de Janeiro	10,8	19,6	30,3
São Paulo	8,8	17,9	26,7
Curitiba	10,7	20,6	31,3
Porto Alegre	9,8	18,5	28,3

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2003.

Paralelamente à pobreza, crescem os problemas habitacionais, a carência de infraestrutura, de serviços como transporte, saúde, educação e lazer e a própria degradação ambiental nas áreas da cidade onde se concentram as classes populares. Entre outros aspectos porque em decorrência da crise, do crescimento da dívida pública e da nova ênfase no equilíbrio orçamentário, nas forças do mercado e da subsidiaridade estatal, faltam investimentos e políticas para enfrentá-los. Algumas dessas metrópoles aliás, tem deixado essas políticas em absoluto segundo plano, aderindo ao modelo de gestão local que, com o pomposo título de “planejamento estratégico”, enfatiza a busca de uma “competitividade urbana”; competitividade que implica a exploração de vantagens comparativas e a qualificação da cidade para atrair os capitais que circulam no espaço sem fronteiras do mundo globalizado, com a oferta de um ambiente favorável e várias ordens de vantagens e subsídios aos negócios, contribuindo para agravar ainda mais a diferenciação e a segregação espacial nas cidades.

O aumento das desigualdades e a superposição de carências têm contribuído para a degradação dos padrões de sociabilidade e para o crescimento da conflitividade e da violência, notadamente nos bairros populares e nas periferias urbanas, onde se concentram a população de menor escolaridade e renda, o desemprego, a vulnerabilidade social e a presença de crianças e jovens. No caso desses últimos, com aspirações de consumo e de realização pessoal elevadas por uma sociedade em que a própria identidade de jovem é associada ao acesso a certos bens, (tênis e roupas “de marca”, por exemplo), a impossibilidade de concretizá-las tem levado, muitas vezes, a uma brutal frustração. Acossados pela pobreza, pelo desemprego e, principalmente, por uma completa ausência de perspectivas, um número crescente deles tem se envolvido com pequenos delitos, gangues, seqüestros e tráfico de drogas, contribuindo para o aumento da criminalidade e da violência, da qual têm se tornado vítimas principais. Entre 1980 e 2000 a taxa nacional de vítimas de assassinatos na faixa dos 15 a 24 anos, por exemplo, passou de 30 para 52,1 por grupo de 100 mil. São números similares aos de países em guerra, com um predomínio absoluto de pobres, pretos e pardos e moradores da periferia entre os mortos.

Decorrendo, fundamentalmente, da desigualdade e da exclusão, em um círculo vicioso, a violência contribui para agravá-las exacerbando as diferenças e a segregação sócio-espacial, a concentração dos diversos segmentos sociais em territórios bem definidos e a institucionalização da inferioridade, da desclassificação e da imobilidade das classes populares.

Como se sabe, a segregação constitui uma das características das cidades modernas, com a apropriação dos seus espaços de forma bem desigual pelas diversas classes e grupos, de acordo com a sua posição social e poder. Ainda assim, atendendo ao ideal de uma sociedade democrática e tolerante às diferenças, essas cidades são abertas à circulação, ao consumo, ao uso público e espontâneo das ruas e praças e às manifestações coletivas. Mas, no caso do Brasil, se o padrão periférico de expansão das cidades acentuou a referida segregação, a disseminação da conflitividade, da violência e de uma cultura de suspeição e do medo vem contribuindo mais recentemente para extremá-la, com a constituição de espaços exclusivos e protegidos, que representam, na expressão de Caldeira (2000) verdadeiros “enclaves fortificados”.

Nesses enclaves as camadas de alta e média renda buscam formas de moradia, circulação e consumo que lhes permitam conviver entre iguais, isolados e preservados do contacto com a pobreza e da “desordem” e violência urbanas por altos muros, um complexo aparato de segurança e todo um conjunto de regras de evitação, proibição e exclusão. Associando-se a certas demandas do sistema produtivo e a novos valores e padrões de consumo disseminados pela globalização, esse fenómeno tem contribuído para a ocupação de áreas distantes do centro, antes vazias, reforçando tendências à suburbanização, periurbanização e policentrismo que já se esboçavam nas metrópoles; e, também, para a constituição de um arquipélago de ilhas de afluência articuladas entre si mas pouco integradas ao conjunto metropolitano, com a proliferação de condomínios residenciais fechados, prédios corporativos, conjunto empresariais, complexos integrados de cinema (múltiplas) ou parques temáticos de lazer.

Nessas ilhas as classes altas e médias se refugiam, abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os sem teto e os marginalizados, e se dissolidarizando do destino conjunto da cidade. Daí resulta uma separação física e simbólica que dificulta a sociabilidade, intensifica a fragmentação das identidades coletivas e inferioriza determinados segmentos sociais; muda o carácter do espaço público e esvazia a participação na esfera pública, que deixa de ser aberta e igualitária, contrapondo-se frontalmente ao ideário e aos valores de uma cidade mais justa e democrática.

Referências Bibliográficas

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. 1997. Local y Global. La gestión de las ciudades em la era de la información. Madrid, Taurus.

CALDEIRA, Teresa P. do R. 2000. Rio. Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Ed. 34/EDUSP.

CARDIA, Nancy. Violação de direitos e violência: relação entre qualidade de vida urbana, exposição à violência e capital social. In: RIBEIRO, Luiz César Q. (Org.). 2004. *Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo: Rio de Janeiro: FASE.

CARDOSO, Adalberto M. 2003. A década neo-liberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial.

DEDECA, Cláudio. 2001. Anos 90: A estabilidade em desigualdade. XXV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu.

DIEESE. 2001. A Situação do Trabalho no Brasil. São Paulo, DIEESE.

FARIA, Vilmar E. 1976. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. Estudos CEBRAP, n. 18. São Paulo, Editora Brasileira de Ciências Ltda.

IBGE. 2003. Síntese de Indicadores Sociais, 2003. Rio de Janeiro: IBGE.

IPEA/UNICAMP. I. E. NESUR/IBGE (Orgs.). 1999. Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil. Campinas, São Paulo: UNICAMP I. E., (Coleção Pesquisas, 3), v. 1.

MATOS, Carlos A. 2004. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latinoamericana. In: RIBEIRO, Luiz César Q. (Org.). *Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo: Rio de Janeiro: FASE.

MOURA, Rosa, DELGADO, Paulo. DESCHAMPS, Marley, CARDOSO, Nelson. 2004. A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira: diagnóstico sócio-econômico e da estrutura de gestão. Seminário Internacional Desafios das Regiões Metropolitanas em Países Federados. Brasília – DF.

POCHMANN, Márcio et al. 2001. A epidemia do desemprego no Brasil: atualidade e perspectiva. Política Hoje. Revista Semestral do Mestrado de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, n. 11, julho de 2001, p. 9-28.

POCHMANN, Márcio et al. 2004. *Atlas da exclusão social no Brasil*. v. 3. Os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004, 201 p.

PRETECEILLE, Edmond. 2003. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH*, n. 36, p. 27-48.

REICH, Roberto. 1991. *The work of nations*. New York. Alfred A Knopf.

RIBEIRO, Ana Clara T. (Comp.). 2004 *El rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires, CLACSO.

RIBEIRO, Ana Clara T. (Org.). 2000. *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires, CLACSO.

RIBEIRO, Luiz César Q. (Org.). 2000. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE.

RIBEIRO, Luiz César Q. *A Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. In: RIBEIRO, Luiz César Q. (Org.). 2004. *Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo: Rio de Janeiro: FASE. p. 17-40.

SASSEN, Saskia. 1991. *The Global Citiie: New York, London, Tokyo*. New Jersey, Princeton University Press.